

Juventude do campo e migração: escolarização, resistência e expansão do agronegócio

Angélica Kuhn¹

Resumo: Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado que analisou trajetórias de jovens filhos de assentados rurais egressos do Curso de Ensino Médio Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio, localizada no Assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo (SC). Para o levantamento dos dados foram analisados documentos da escola, questionário aplicado aos egressos de uma das turmas e entrevistas semiestruturadas com quatro egressos. O objetivo da pesquisa foi analisar as trajetórias de jovens que vivenciam uma experiência de educação inserida em processo de resistência organizada no campo e luta pela democratização do conhecimento e as contradições enfrentadas para permanecer no campo, atuar como técnico em agroecologia e dar continuidade aos estudos diante do contexto adverso de expansão do agronegócio. Nos ajudaram na análise os autores: Linhares e Silva (1999) para a contextualização da questão agrária no Brasil e Castro (2009) para a interpretação dos processos migratórios da juventude do campo. A análise dos dados nos permite inferir que a falta de um conjunto de políticas públicas que caracterizam processos de Reforma Agrária contribui para que os jovens enfrentem barreiras para construir seus projetos de vida no campo mesmo desejando fazê-lo.

Palavras-chave: Juventude; Educação do Campo; migração campo-cidade; agronegócio

¹ Doutoranda da Faculdade de Educação da USP. Mestre em Educação: História, Política, Sociedade (2013), pela PUC/SP. Possui Especialização em Economia Política pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008) e graduação em Pedagogia pela PUC/SP (2004). E-mail: angelicakuhn@gmail.com

Summary: This article is the result of a master degree research that examined trajectories of young graduates from the High School course integrated with technical professional educational in Agroecology, of the School 25 de Maio, located in the rural community of Vitória da Conquista, Fraiburgo / SC. The procedures included in this research included the analysis of school documentation, application of a semi-structured questionnaire to the graduates and semi-structured interviews with four graduates. The objective of the research was to analyze the trajectories of young people who live an education experience inserted in a context of organized resistance, struggle for the knowledge democratization and the contradictions faced by those who want to live in the countryside working as an agroecology technician and continuing studying facing the adverse conditions of the agribusiness expansion. The research was based in some authors analysis such as Linhares and Silva (1999) in order to understand the agrarian question context in Brazil and Castro (2009) for the interpretation of the youth migration processes from the countryside. The data analysis allows us to infer that the lack policies that characterize land reform processes contributes to the youth facing barriers in order to build their life projects to live in the countryside even when willing to do it.

Keywords: Youth; Rural Education; migration rural-urban; agribusiness

Introdução

O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado² que analisou o perfil e as trajetórias de 22 jovens filhos de assentados rurais egressos do Curso de Ensino Médio Técnico em Agroecologia da Escola 25 de Maio, localizada no Assentamento Vitória da Conquista, Fraiburgo (SC), em relação à permanência no campo, continuidade dos estudos e trabalho. Para a coleta de dados foram aplicados um questionário semiestruturado aos 22 alunos formados na turma de 2009 e entrevista semiestruturada com quatro destes egressos a fim de aprofundar os aspectos mencionados em relação às suas trajetórias. Buscamos dessa forma responder algumas indagações sobre os processos de resistência dos movimentos sociais do campo frente a expansão do modelo de produção agropecuário conhecido como agronegócio e seus impactos nos processos migratórios da juventude do campo.

O próprio contexto da Escola 25 de Maio é marcado pelo agronegócio. O município de Fraiburgo (SC) é conhecido pela monocultura da maçã, fruta facilmente adaptada ao clima temperado da região, que devido à sua altitude, apresenta baixas temperaturas durante a maior parte do ano, chegando a -5°C no inverno. Com uma população de 34.555 habitantes, esse número aumenta consideravelmente durante o período de safra da maçã (de janeiro a abril), quando cerca de 10.000 trabalhadores vão a Fraiburgo para trabalhar na colheita da fruta, a maioria proveniente da periferia de Curitiba. Além da produção de maçãs, predomina a monocultura de *pinus*, eucalipto e soja, transformando a paisagem originalmente coberta por bosques de *Araucária Angustifolia*, popularmente conhecida como Pinheiro-do-Paraná.

Neste contexto, a Escola do Campo 25 de Maio guarda identidade com a luta pela terra empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir do final da década de 1970, inclusive seu nome faz referência ao dia 25 de maio de 1985, quando ocorreu a primeira grande ocupação de terras em Santa Catarina, no município de Abelardo Luz, com a participação de 2.000 famílias. Uma das primeiras reivindicações dos assentados foi o acesso à escola pública para seus filhos, direito conquistado com a concretização de uma Escola de Ensino Fundamental já em 1986.

O Ensino Médio se concretizaria somente em 2004 com a construção de um Curso integrado entre formação técnica em agroecologia e formação geral em regime

² KUHN, A (2013). Educação do Campo e Ensino Médio em Agroecologia: estudo de caso da Escola 25 de Maio, Fraiburgo/SC. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

de alternância. Assim nasce a proposta permeada por conflitos e construção coletiva, a denotar o fato do curso iniciar antes mesmo da aprovação dos órgãos oficiais, com a colaboração da comunidade local e Cooperativas do MST, com trabalho voluntário de professores do próprio MST e suprimento de infraestrutura para os jovens que não tinham acesso ao Ensino Médio em seus assentamentos ou interessados na proposta de formação em agroecologia que estava surgindo. Com o passar do tempo, a viabilização da escola passa para o âmbito do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronera), um programa nacional voltado para as áreas de Reforma Agrária que envolve o Estado e os movimentos sociais na elaboração e execução de projetos voltados para os assentamentos (FREITAS, 2011).

Após a aprovação da primeira turma de Ensino Médio, a formação geral passou a ser certificada pela Rede Estadual de Educação de Santa Catarina e a formação técnica em agroecologia ficou a cargo da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul. A Escola contava também com a colaboração da equipe técnica do Setor de Produção do MST e de professores convidados das Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina e dois contratados pelo Pronera.

Somente em 2009, a Secretaria Estadual de Educação assume inteiramente a responsabilidade pelo curso, com a denominação de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnico em Agroecologia, autorizado a funcionar pelo Parecer 455/08. Se, por um lado, os assentados viam a política pública atendida, por outro, a rede de ensino não supre totalmente as dificuldades enfrentadas para o pleno desenvolvimento da proposta, como suporte para alimentação, para as visitas dos professores às famílias dos alunos no Tempo Comunidade, um dos pilares do projeto, o que demonstra os desafios a serem enfrentados para a consolidação de propostas que guardam especificidades em relação aos tempos, espaços e currículo voltados para as distintas realidades do país.

Para darmos sentido ao conjunto de questões e indagações faremos uma breve contextualização histórica da questão agrária no Brasil a fim de situarmos as disputas atuais no campo que influenciam os processos migratórios campo-cidade para, posteriormente, analisarmos as trajetórias dos jovens egressos da Escola 25 de Maio e tecermos os comentários finais.

Breve contextualização histórica da Questão Agrária no Brasil

Historicamente o Brasil é marcado pela concentração fundiária e por processos de migração campo-cidade desordenados, sem um projeto de desenvolvimento que englobe a relação entre estes dois contextos. A Reforma Agrária nunca realizada e sempre reivindicada por movimentos sociais marcam a questão agrária brasileira permeada por resistências e injustiças.

As raízes da estrutura fundiária brasileira remontam ao período colonial, no qual predominou o modelo de organização da agricultura denominado *plantation*, que associava grandes extensões de terra, produção para exportação e trabalho escravo. Contudo, é possível encontrarmos outras experiências convivendo com a *plantation* como a pequena agricultura, o cultivo alternado de diferentes espécies em equilíbrio com a floresta, até então despercebidas, passam a fazer parte da história a partir do século XX. É quando a história do cotidiano ganha força nas preocupações dos historiadores. “A história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas, custou a entrar nas preocupações do historiador como objeto de estudo” (LINHARES, 1997: 165).

Em 1822, ocorre a independência formal no Brasil. Tal fato aprofunda as estruturas agrárias concentradoras, com as plantações de café, principalmente no Sudeste, ampliadas pela escravidão dos negros. Em meados do século XIX, por quase toda a América Latina, chegavam ideias liberais, sobretudo com os grupos que haviam estudado na Europa, os quais afirmavam ser necessário superar o atraso, se modernizar, se adequar ao consumo que caracterizava a expansão do capitalismo em curso. Com isso as estruturas coloniais que persistiam (neocolonialismo), com grandes latifúndios, pouco aproveitamento das riquezas naturais, vasta população indígena, peões e escravos à margem do consumo, eram criticadas internamente pelos reformistas liberais (LINHARES, 1997).

Inclusive as legislações passam a ter um caráter modernizante. No Brasil, destaca-se a Lei de Terras de 1.850, a partir da qual o acesso à terra se daria somente através de compra. Assim, o processo em curso, legitimado por meios legais, excluía milhões de indígenas e camponeses. O título de propriedade não caracterizava as inúmeras e diversificadas formas de ocupação do território. “Os donos das fazendas conseguiam registrar enormes extensões de terra em cartórios locais, significando um desastre, pois as ocupações comunitárias não eram reconhecidas. Com isso os fazendeiros tinham legitimidade para expropriar de forma violenta camponeses e índios de suas terras” (LINHARES & SILVA, 1999: 62).

Assim, o preceito do liberalismo era preservado através da manutenção da propriedade privada da terra. Com a entrada da economia na etapa do capitalismo industrial a partir da década de 1930, e durante todo o século XX, a agricultura brasileira se modernizou, desenvolvendo as forças produtivas do capital na produção agrícola (STEDILE, 2012).

Os movimentos revolucionários e os experimentos autoritário-reformistas, que, nas décadas de 1.920 e 1.930, explodem por toda a América Latina são, largamente, fruto de tal processo perverso de modernização. No Brasil com Vargas e na Argentina com Peron, por exemplo, surgiram tentativas de desmontar a hegemonia da plantação (*plantation*) consolidada ao longo do século XIX e início do século XX. A Revolução de 1930, organizada pelo Estado, é marcada pelo trabalho e pela pouca participação política. Havia uma tentativa de romper com a história agrária e conservadora no novo modelo gerado pela política de Vargas (LINHARES & SILVA, 1999).

Nesse período a agricultura tendia a se reorganizar para atender o mercado interno, pela demanda por matérias-primas e necessidade de alimentar os operários no meio urbano, valorizando a produção de alimentos e a policultura.

Tais mudanças em curso incidiam pesadamente sobre o domínio tradicional das oligarquias agrárias e sobre sua expressão econômica básica. A preeminência das exportações, em especial de produtos agrícolas *in natura*, passa a ser vista, então, como a causa principal da fragilidade da economia nacional, de sua dependência externa e mesmo como risco para a soberania do país (LINHARES & SILVA, 1999: 105).

Até mesmo o campo entrará no ritmo fabril, pois tudo tendia a entrar na lógica da indústria. O novo projeto modernizante de Vargas era baseado na criação de um operário consumidor de bens não duráveis, principalmente de alimentos. Linhares e Silva (1999) define o período 1930-1945 como o período do surgimento da questão agrária. De acordo com a autora, os efeitos da II Guerra Mundial impõem ao Brasil a alteração da economia vigente desde o Império. Era preciso romper com a dependência em relação aos produtos primários e à exportação de um único produto (o café) e de superar a condição de feitoria colonial, enfim, era preciso superar a *plantation* através de projetos de colonização interna, visando a auto-suficiência, principalmente no que diz respeito ao abastecimento de alimentos, como suporte da relação urbano-industrial.

O período seguinte, 1945-1964/66, é definido por Linhares e Silva (1999: 146) como “a questão agrária como óbice do desenvolvimento”. É o período marcado pelo aumento da produção interna e diminuição das importações, com focos de desenvolvimento (em

especial no eixo Rio/São Paulo), de relativo bem-estar social, com concessão de benefícios sociais a grupos específicos, inicialmente, para os trabalhadores industriais urbanos. É marcado pela aceleração de um modelo fordista keynesiano periférico, caracterizado pelo populismo e pela substituição de importações.

São considerados como sendo óbices ao desenvolvimento nacional a manutenção dos baixos índices de produtividade agrícola, a recorrência das crises de abastecimento e a estreiteza do mercado de insumos, fatos recorrentes nas décadas de 1950 e 1960. “Ao mesmo tempo, a questão agrária é identificada com a questão nacional, com a luta contra o atraso e pela soberania; o binômio minifúndio/latifúndio, com os vínculos de dependência e prestígio, distanciados do novo *ethos* da produtividade industrial, identifica raízes históricas na nossa questão agrária” (LINHARES & SILVA, 1999: 147).

A maior mudança ocorrida no período, sobretudo a partir da década de 1950, é a inversão da relação campo-cidade, com a população rural passando de 64% da população total do país, em 1950, para 33%, em 1980, enquanto a população urbana passava, em igual período, de 36% para 67% do total. De 1.980 até 1.991 a população rural foi ainda mais reduzida, caindo para 24% do total da população (LINHARES & SILVA, 1999).

A partir de 1.966, há uma completa industrialização do campo, através dos chamados complexos agroindustriais. No período, há uma ampliação do processo de modernização técnica, restringindo a pequena produção familiar rural ao máximo e lançando milhares de camponeses para a fronteira agrícola. No mesmo período, com incentivos governamentais, avançam em direção às fronteiras agrícolas os projetos pecuaristas e de madeiras, tornando o movimento interno dos trabalhadores rurais eterno. O problema fundamental da questão agrária é o desemprego no campo, inclusive em regiões onde a pequena produção já estava consolidada, como no Sul e Sudeste. “O quadro de desemprego no campo inviabiliza o exercício da cidadania, aumentando a miséria e politizando de forma inédita, pela sua intensidade e extensão, a questão agrária” (LINHARES & SILVA, 1999: 147).

No final da década de 1970 surgem novos movimentos sociais no campo, uma das maiores novidades políticas e sociais no Brasil. Justamente em momento de refluxo dos movimentos sociais e sindicatos, o MST surge como um concentrador de esperanças dos segmentos progressistas e de esquerda. Repudia o neoliberalismo, passa a exigir maior intervenção do Estado na economia, questiona a propriedade privada e faz a crítica a tática sindicalista da CUT e da Força Sindical. Além disso, passa a organizar-se em todo o território nacional e de forma muito articulada, “(...)conseguindo juntar, em um só dia

de protesto, trabalhadores, desde uma pequena vila no Pará até as ruas de Porto Alegre, sempre dispostos a acatar a orientação central do movimento” (LINHARES & SILVA, 1999: 207).

O MST passa a chamar a atenção para os graves problemas que englobam o conjunto da sociedade, relacionados a forma como o Brasil organiza o uso, a posse e a propriedade da terra, que resulta nos graves problemas de natureza econômica, social, política e ambiental.

O surgimento do agronegócio

De acordo com dados do último Censo Agropecuário realizado no Brasil, em 2006, a permanência dos graves problemas no campo aparecem no elevado índice de concentração da propriedade da terra – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; na distorção do uso do nosso patrimônio agrícola, pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das *commodities* agrícolas exportadas; na dependência econômica externa à qual a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços praticados pelas empresas agrícolas transnacionais; e na subordinação ao capital financeiro, pois a produção agrícola depende cada vez mais das inversões deste capital, que adianta recursos, cobra juros e divide a renda gerada na agricultura entre si.

Cunhado pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950 o termo agronegócio, relativamente recente, surgiu da noção de *agrobusiness*, no âmbito da área de administração e marketing, refere-se a um modo de organizar a agricultura no qual estão imbricados os capitais financeiro, comercial e industrial. “O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto ao processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços” (MEDEIROS, 2012: 79).

O domínio do capital na agricultura faz parte de um processo de desnacionalização do campo, que se dá pelo domínio de grandes grupos transnacionais, onde estão imbricados a indústria, o comércio e o capital financeiro, além da crescente compra de terras e controle sobre a água dos estados nacionais. Estes são fatores que afetam a soberania alimentar, o que David Harvey chama de acumulação pela espoliação.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2009, p.120).

Esse processo vem ocorrendo também no Brasil. Para ilustrar, de acordo com Umbelino (2011), 4,3 milhões de hectares de terras localizadas no território brasileiro estavam, em 2009, nas mãos do capital estrangeiro. Nesse contexto, a Reforma Agrária e o campesinato são tidos como empecilhos para o processo de acumulação. Na disputa pelo território, reproduz-se um desprezo sociocultural pelos povos do campo e originários. Os investidores internacionais passam a possuir o controle mundial dos alimentos e da água, herança do nosso passado colonial, resultando na superexploração da natureza. Os estabelecimentos familiares que produzem a agricultura estão passando por um processo de subalternização, pela forte pressão exercida pelos grupos de investidores sobre a terra e a água. O controle também se dá na comercialização. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), juntas, as redes de supermercados Carrefour, Walmart e Pão de Açúcar controlam 50% dos alimentos comercializados no Brasil (AMÉRICO, 2011).

Agroecologia como contraponto ao agronegócio

Diante deste cenário, os movimentos sociais passam a propor a agroecologia como contraponto ao agronegócio, pautada nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes. Este modo de produzir a agricultura é uma forma de resistência da [agricultura familiar](#), perante o processo de exclusão no meio rural e de homogeneização das paisagens de cultivo provocadas pela capitalização e tecnificação da agricultura. Por basearem-se na pequena propriedade, na força de trabalho familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e ligados a redes regionais de produção e distribuição de alimentos passam a expandir a crítica à concentração fundiária, a denunciar a matriz

tecnológica do agronegócio como o uso de sementes transgênicas, o uso abusivo de agrotóxicos e a monocultura (MEDEIROS, 2012; GUBUR & TONÁ, 2012).

Entre as iniciativas dos movimentos sociais em articulação com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, universidade pública e outras entidades ligadas ao movimento da agroecologia, no MST, foram criados vários cursos de Ensino Médio em Agroecologia, como o da Escola 25 de Maio, que em seu Projeto Político Pedagógico, ítem 3.2.13 *Educação voltada à Agroecologia*, traz como um dos seus princípios educativos a educação voltada para a agroecologia.

A Escola 25 de Maio entende que a agroecologia não se reduz a uma técnica de produção, mas a um conjunto de elementos integradores que possibilitam a compreensão dos vários aspectos da realidade: socioeconômicos, funcionamento dos processos biológicos e respeito à natureza. Trata-se de uma matriz tecnológica que se distancia do modelo hegemônico de agricultura adotado pelo Brasil.

Juventude do campo: entre permanecer e migrar

Neste tópico analisamos os resultados da pesquisa realizada com 22 dos 23 alunos formados na turma de 2009 da Escola 25 de Maio, aos quais denominamos egressos. Quanto ao perfil dos participantes, 16 são do sexo masculino e seis do sexo feminino, e a média de idade entre 22 e 21 anos respectivamente, com duas exceções, um egresso de 24 e um de 28. Os pais dos egressos possuem em média o Ensino Fundamental I completo e os avós maternos e paternos variam entre o Ensino Fundamental I incompleto e não alfabetizados. Os dados corroboram com o estudo de Castro (2009) que evidenciou uma maior valorização da escolarização no campo nas últimas décadas, um processo que teve início há três gerações e que se consolida através de estratégias familiares e dos próprios movimentos sociais, muitas vezes associada à formação técnica e política, o que pode estar se consolidando como uma escolarização acima da média dos jovens do meio rural como um todo. A valorização da escolarização no campo é vista como parte das lutas dos movimentos sociais.

O acesso à educação pública é reivindicado amplamente pelas famílias assentadas. A Pesquisa Nacional da Educação da Reforma Agrária - Pnera (BRASIL, 2005), mostrou que de um total de 5.500 assentamentos pesquisados em todo o país, em 87,8% deles o acesso é feito por estradas de terra. O principal meio de transporte utilizado para ir à escola é percorrer o trajeto a pé para 57%, seguido de apenas 27% com acesso a transporte

escolar. Apesar do quadro desastroso, a escolarização aparece como muito valorizada. O Ensino Médio na Escola 25 de Maio é uma das concretizações da luta pela ampliação dos níveis de escolarização no campo. Para os egressos esta escola se diferencia de outras escolas públicas por contribuir para a ampliação da leitura de mundo, para a compreensão das contradições presentes no campo e na sociedade, pelas relações humanas que são estabelecidas, pela presença constante dos professores na escola e pela estreita relação entre professores, alunos e direção, através da auto-organização dos alunos e da gestão democrática efetiva.

Os egressos demonstram que a experiência vivenciada no Ensino Médio teve relevância no que diz respeito à formação humana. À pergunta sobre as lembranças que os egressos têm da Escola 25 de Maio, destacam:

Egresso 1: *Na Escola temos o olhar mais amplo para as contradições que vivemos no dia-a-dia, é o colocar as pessoas a pensar, a resolver problemas, não simplesmente mandando recado para os pais ou coisas dessa natureza, mas fazendo com que as pessoas cresçam e evoluam seus pensamentos;*

Egresso 3: *A escola 25 de Maio te proporciona aprender teoricamente, levar a prática para dentro da escola e observar seus resultados. Isso as escolas tradicionais não proporcionam;*

Egresso 4: *As escolas tradicionais formam mão de obra, já a 25 de Maio forma pessoas;*

Egresso 6: *Na nossa escola 25 de Maio o educando cria uma relação com a escola;*

Egresso 7: *Pena que não volta o tempo, mas se ele voltasse era lá que eu estaria de novo;*

Egresso 8: *A convivência e a harmonia, ou melhor, a família, pois é isso que nós éramos;*

Egresso 9: *A diferença é que lá eles ajudam o meio social do cara. Não tem professor e aluno. A gente tá lá tanto para aprender quanto para passar a experiência da gente. Na escola normal você só abaixa a cabeça e aprende. Você convive com as pessoas. Tem que aprender a conversar;*

Egresso 17: *Tudo, metodologia, forma de ensino dentro da nossa*

realidade, porque ainda encontramos discriminação em algumas escolas convencionais;

Egresso 19: Se pudesse eu faria tudo de novo. Lá os alunos têm liberdade e contribuem no processo educativo do início ao fim da formação;

Egresso 21: Toda a diferença, a escola 25 de Maio trabalha a igualdade social sem diferenças; leva você a ter uma opinião própria, trabalha junto com o aluno dando o apoio devido.

A partir das falas dos egressos evidencia-se um conjunto de fatores favoráveis que contribuem para que a Escola 25 de Maio ofereça um Ensino Médio com qualidade social, para além da formação para o mercado de trabalho aos seus alunos, com uma proposta avançada de ensino médio que integra formação geral e técnica, mas a realidade econômica, manifesta através do modelo hegemônico no campo, o agronegócio, impõe-se sobre a perspectiva dos egressos de exercerem suas atividades profissionais relacionadas à agroecologia, bem como na permanência no campo, embora muitos permaneçam ligados às atividades dos movimentos sociais mesmo vivendo no meio urbano.

Dos 22 egressos, 18 vivem na cidade e quatro no campo. Dos 22, 21 responderam que gostariam de permanecer ou retornar ao campo, se as condições fossem favoráveis para produzir e viver da renda gerada no lote da família ou no próprio lote, apontando as seguintes motivações: a liberdade; poder viver sem patrão; apego à terra; sossego; consumir alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos; ter maior tranquilidade com relação à segurança; viver com um custo de vida (luz, água) menor; autonomia no próprio trabalho; ter os recursos naturais disponíveis, sem custo; possuir moradia própria; viver de forma agradável, sem a correria da cidade; gerar renda da lavoura, do gado, do pescado dentre outras formas de sobrevivência no campo.

Quanto aos principais fatores que influenciam a saída das pessoas do campo para a cidade de acordo com os egressos são: ilusão de que as coisas são mais fáceis; facilidade para estudar; frustrações com safras (secas ou preço baixo dos produtos); dificuldade de acessar recursos para investir na agricultura; a busca por trabalho ou disponibilidade de serviços (bicos); possibilidade de ter uma renda mensal fixa com menor esforço físico; facilidade e proximidade de acesso à tecnologia; influência dos meios de comunicação; preconceito com quem é do campo; desvalorização dos produtos alimentícios; mudanças climáticas; baixa renda familiar; falta de acesso a pontos comerciais; falta de infraestrutura como estradas, saúde, educação, cultura e lazer.

É ilustrativo deste cenário a fala do pai de uma das egressas que interrompeu a entrevista para opinar sobre os motivos que afastam os jovens do campo: *Para segurar a juventude no campo deveria ter empresas no campo (cooperativas, indústrias etc). Deveria ter renda extra para os funcionários. Já existem experiências desse modo. O grande negócio está afastado do interior e as pequenas agroindústrias quebram.*

Além da falta de possibilidades de geração de renda, as questões subjetivas que envolvem valores como a solidariedade, os quais se constroem nos processos de organização popular, também são motivações para querer permanecer no campo. *Pela escola e pelo que aprendi eu queria morar no campo e colocar em prática tudo aquilo, mas os 15 hectares lá do pai estão parados. Daria para fazer muita coisa. Lá nem o caminhão do leite passa, porque a estrada é muito ruim. Se eu ganhasse R\$1.000,00 no assentamento estava bom, porque lá não paga água, luz. Aqui em São Paulo se você coloca o pé fora de casa tá gastando. Lá se falta um pacote de arroz não precisa ir no mercado, é só ir no vizinho* (Egresso que vive em São Paulo, trabalha com garçom, estuda Educação Física e pretende retornar à Escola 25 de Maio como professor).

As respostas dos entrevistados confirmam a análise de Castro (2009), que desmistifica a ideia de que a migração dos jovens do campo para cidade se daria pelo fato desta ser mais atrativa, o que para a autora é uma distorção ideológica que fortalece a invisibilidade dos jovens do campo. O que os jovens da pesquisa estão dizendo é que os fatores determinantes para a saída do assentamento são as condições objetivas como falta de renda, acesso a políticas públicas.

Marx e Engels (1984: 78), afirmam que “a oposição entre campo e cidade só pode existir nos quadros da propriedade privada. É a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo à divisão do trabalho [...] que converte uns em limitados animais urbanos e outros em limitados animais rurais, reproduzindo diariamente a oposição entre interesses de ambos”.

Diante da dificuldade de construir os projetos de vida no campo, as trajetórias profissionais dos jovens egressos são bastante distintas. Aqueles que conseguem conciliar trabalho e continuidade dos estudos no próprio assentamento ou movimento social permanecem no campo. Há aqueles que vivem na cidade, mas atuam nas cooperativas e assistência técnica dos assentamentos. Os demais se veem obrigados a migrar e a trabalhar em profissões nem sempre de suas escolhas. Contudo, chama a atenção o forte vínculo que demonstram com o campo e com a escola. Muitos desejam voltar e atuar como profissionais nestes espaços, inclusive na Escola 25 de Maio.

Assim temos as seguintes profissões, as quais, cabe ressaltar, não são definitivas dada a fase da vida que se encontram e a configuração do trabalho moderno: quatro trabalham no lote da família (sendo que uma estuda Medicina Veterinária através da Pedagogia da Alternância, então trabalha no lote apenas no Tempo Comunidade); caixa de restaurante e doceira; atendimento e compras em restaurante; auxiliar na Cooperativa de Crédito com Interação Social (Cresol); auxiliar em creche, 20 horas e, 20 horas, na Escola 25 de Maio, na Educação Infantil; quatro trabalham como técnicos agrícolas; um como garçom em restaurante em São Paulo; lavador e higienizador em frigorífico; auxiliar administrativa na Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado); um como vendedor em uma agropecuária no meio urbano.

Mesmo os egressos que estão vivendo na cidade mantém algum vínculo com o assentamento de origem. Dos 22 egressos, 17 atuam de alguma forma em suas comunidades, contribuindo na organização de jogos de futebol e eventos socioculturais e participando de discussões das cooperativas. Quatro deles não atuam e, para um dos casos, a família mudou-se para a cidade. Partir para a cidade não significa deixar de ser camponês para estes jovens do campo que vivenciam processos de organização coletiva. Em relação ao acesso à universidade, dos 22 egressos, 15 continuam estudando e sete não estudam no momento. Os cursos de nível superior escolhidos pelos que estão estudando são: Agronomia, Educação Física, Administração, Medicina Veterinária e Direito. Dos 15 alunos que estão estudando, apenas uma egressa faz o Curso de Medicina Veterinária em Universidade Pública, através de uma parceria entre o MST, Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (Pronea). Os demais estudam em Universidades Privadas.

A Pesquisa Nacional da Educação da Reforma Agrária (BRASIL, 2005) mostrou que entre os entrevistados, 97% discordam que os filhos que trabalham na roça não precisam de estudo (p. 126) e 70% “esperam que a maioria dos jovens entre na universidade” (p. 124).

O que se evidencia é que os sujeitos do campo estão buscando alternativas de resistência no campo e estabelecem uma relação identitária com este lugar que vai além do espaço geográfico, está relacionada com a forma de ver e pensar o mundo e as relações sociais. O assentamento rural é um dos elementos importantes neste sentido, pois com ele se destacam os seus sujeitos diretos, os assentados, e indiretos, os movimentos sociais e organizações. Através de assentamentos, trabalhadores passam a ter a terra para produzir e dela viver. A origem desses trabalhadores é diversa, há os que tiveram sua última moradia

e/ou local de trabalho no meio rural, que se engajam em algum movimento social que luta pela terra, outros oriundos do meio urbano (metropolitano ou não), muitas vezes com uma trajetória anterior no meio rural, que buscam a (re)conversão para este meio (LEITE, 2012).

A aposta atual dos movimentos sociais na agroecologia como forma de desenvolvimento do campo, encontra dificuldades para se fortalecer e consolidar. Para os egressos participantes da pesquisa as condições de financiamento e comercialização avançam timidamente, além dos empecilhos legais para a certificação da produção orgânica. Contudo, há passos importantes sendo dados nesta direção. No Assentamento Contestado, localizado em Fraiburgo (SC), os assentados conquistaram certificação e estão vendendo a produção orgânica em uma feira agroecológica por eles organizada na cidade.

Considerações finais

A Escola 25 de Maio se opõe ao modelo hegemônico, o agronegócio. Contudo, a viabilidade econômica na perspectiva agroecológica depende de um conjunto de políticas públicas, de pesquisas, experimentações, que somente a política de distribuição de terras na garante.

Do ponto de vista da formação profissional técnica, diante dos desequilíbrios causados pelo capitalismo, os alunos egressos encontram dificuldades para colocar em prática o que aprenderam sobre a agroecologia. Diante de tal realidade, há técnicos formados que estão limitados na atuação profissional consequência da ausência de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos saudáveis no país e organização da comercialização direta com os consumidores.

A pouca literatura a respeito do tema juventude rural dificulta o aprofundamento de tais questões. Embora a partir dos anos 2000 essa categoria passe a fazer parte de algumas pesquisas acadêmicas e programas de governo, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) Campo, de esfera federal, não há muita visibilidade desses jovens, consequência também da pouca visibilidade econômica dos assentamentos rurais. Contudo, a relação desses jovens na participação dos movimentos sociais se configura como processo de construção de um ator político. Daí a importância de não reforçar a imagem do jovem desinteressado pelo meio rural, mas analisar as múltiplas e complexas questões mediante as quais a categoria jovem é construída (CASTRO, 2009: 23).

Os resultados da nossa pesquisa corroboram com Castro (2009), ao evidenciar que os jovens apontam como fatores que os distinguem dos jovens urbanos os elementos identitários, que reforçam laços com o espaço rural como lugar de vida, de trabalho, de relação com a natureza.

É no interior destas contradições que o MST busca, através de suas lutas, construir “processos pedagógicos escolares centrados no projeto da Educação do Campo, projeto que se traduz na ação prática da relação entre ciência, cultura e trabalho como princípio educativo, dimensões básicas da educação omnilateral” (FRIGOTTO, 2012: 271).

Articular as bandeiras de luta pela educação e pelo acesso e permanência com dignidade no campo significa que “a escola deve ser o lugar de transmissão de uma cultura que leve em conta as injustiças e privilégios do passado e que ao mesmo tempo proponha algumas outras inclusões que não venham da cultura de mercado. A escola deve ajudar aliviar o peso do individualismo” (DUSSEL, 2009: 356).

Referências bibliográficas

AMÉRICO, Jorge (2011). Três redes de supermercados controlam metade dos alimentos no Brasil. In: Radioagência NP. <http://www.radioagencianp.com.br/9490-tres-redes-de-supermercados-controlam-metade-dos-alimentos-no-brasil> (Acessado em 18 de junho de 2016)

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2005). *Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária* (PNERA). Brasília: MEC/Inep/MDA/Incrá/Pronea. Disponível em: <http://www.lepel.ufba.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2016

CASTRO, Elisa Guaraná. *et al* (2009). Os jovens estão indo embora? *Juventude rural e a construção de um ator político*. V. 1. Rio de Janeiro: Edur/Mauad.

DUSSEL, Inês (2009). A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. *Cadernos de Pesquisa*. v. 39, n. 137, p. 351-365, maio-ago/2009. São Paulo: FCC

Escola de Educação Básica 25 de Maio (EEB 25 de Maio) (2010). Projeto Político Pedagógico. Fraiburgo, Santa Catarina.

GUBUR, Dominique Michele Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia (2012). In: CALDART, Roseli. *et. al.*(org). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular

HARVEY, David (2009). *O novo imperialismo*. 3a. ed. Traduzido por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola

LEITE, Sergio Celani (2002). *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. 2ª. Edição, São Paulo: Cortez

LEITE, Sérgio Pereira (2012). Assentamento rural. In: CALDART, Roseli. *et. al.*(org). *Dicionário da Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular

LINHARES, Yedda Maria (1997). História Agrária. In: Cardoso, Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (1999). *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus

MOHR, Naira Estela Roesler, MOHR; Matheus Fernando. *Criação do curso técnico em agroecologia na Escola 25 de Maio: uma história coletiva de subversão à ordem*. In: Lenzi, Lucia Helena Correa. *et. al.*(org). *Formação de educadores em EJA no campo*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2007.

STAHEL, Werner Andri (1999). *Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis*. In: CAVALCANTI, C. (org.), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez

UMBELINO, Ariovaldo (2011). Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. In: Le Monde Diplomatique. <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1004> (Acessado em 18 de junho de 2016)